

ANÁLISE JURÍDICA DE AUTOS DE INFRAÇÃO/IEF

Nome do Autuado: FABIO ANTIERIA PEDALINO COSTA	
CPF/CNPJ: 600.570.847-34	
Nº do Processo Adm.: 10003336/02	Nº. do Auto de Infração: 102830/B

I – DO VALOR DA MULTA:

Valor original da multa: R\$ 50.000,00.

Valor definido pela CORAD: R\$ 50.000,00.



II – NOTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

DO AUTO DE INFRAÇÃO: Não consta assinatura, mas foi convalidado com a apresentação da defesa.

DA DECISÃO DA CORAD: Publicação no Diário Oficial e AR.

III – DA TEMPESTIVIDADE:

- a) **DA DEFESA ADMINISTRATIVA:** Tempestivo
- b) **DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:** Intempestivo

IV – DO EMBASAMENTO LEGAL:

O procedimento em questão teve trâmite regular com a lavratura do competente Auto de Infração nos termos da Lei Federal 9.605/98.

V – DOS FATOS:

Trata-se o expediente de procedimento administrativo que resultou na aplicação ao autuado de pena de multa florestal descrita no auto de infração, onde fora proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação.

Inconformado com a decisão da Comissão de Recursos Administrativos – CORAD apresentou seu Recurso administrativo, o qual se avalia a juridicidade neste ato.

Compulsando os presentes autos e após a aplicação da legislação vigente, verificamos que o recorrente não apresentou argumentos jurídicos ou fáticos capazes de descaracterizar o auto de infração ou tampouco comprovar a tempestividade de sua defesa.

Assim, o presente procedimento encontra-se intempestivo. Conforme podemos ver no artigo 60, parágrafo 4º, da Lei 14.309 de 2002 o autuado tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a defesa:



§4º - Cabe pedido de reconsideração da decisão do Diretor-Geral do IEF, no prazo de trinta dias, dirigido ao Conselho de Administração e de Política Florestal da autarquia, independentemente de depósito ou caução.

No caso em tela o recorrente recebeu a notificação da decisão da CORAD via AR no dia 22 de julho de 2005, protocolando seu pedido de reconsideração em 30 de agosto de 2005, sendo assim intempestivo.

VI – CONCLUSÃO:

EX POSITIS, CONSIDERANDO as infundadas argumentações apresentadas pelo Infrator, e CONSIDERANDO a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar a infração praticada. Opino pelo **INDEFERIMENTO** dos pedidos, mantendo-se o valor da autuação de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Recomendações a Secretaria Executiva do CA/IEF:

A - que o processo seja pautado na próxima reunião do conselho de Administração do IEF, observando-se os prazos e procedimentos regimentais;

B – que todos os documentos sejam juntados ao processo;

C - que todas as folhas do procedimento sejam numeradas.

D – Após o julgamento verificar a necessidade da cobrança da reposição florestal.

É o parecer, SMJ.

Unaí - MG, 07 de Abril de 2014.


MARCOS ROBERTO BATISTA GUIMARÃES
MESTRE EM PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL
ANALISTA AMBIENTAL / JURÍDICO IEF - MG
MASP - 1150988-2 OAB/MG 100.683

